



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0005615-34.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Embargante: **Oxpiso Industrial Ltda**
 Embargado: **Fazenda do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

OXPISO INDUSTRIAL LTDA opõe embargos às execuções fiscais que lhe move o ESTADO DE SÃO PAULO. As execuções cobram ICMS com encargos. Sustenta a embargante (a) descabimento de honorários sucumbenciais pois já embutidos no encargo criado pelo DL nº 1025/69, devendo ser observado, ainda, o percentual de 10%, e não de 20% tal como consta na CDA (b) excesso de penhora pois o valor do imóvel constricto é muito superior ao da dívida (c) multa fiscal excessiva, com violação à capacidade contributiva e à vedação ao confisco, devendo ser reduzida a 2%, patamar estabelecido pelo CDC (d) irregularidade formal da CDA, com inobservância do CTN e da LEF (e) necessidade de a execução fiscal vir instruída com memória de cálculo como exige o CPC (f) descabimento da adoção da SELIC como fator de correção monetária (g) ilegalidade dos juros moratórios da forma em que cobrados (h) necessidade de notificação prévia para constituir a embargante em mora.

Os embargos foram recebidos com efeito suspensivo.

O embargado impugnou os embargos.

Houve réplica.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 17, parágrafo único da LEF, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

O encargo do DL nº 1025/69 não está sendo cobrado pelo embargado, assim como não estão sendo cobrados (= incluídos nos cálculos das CDAs e petições iniciais) honorários advocatícios – que não os arbitrados no despacho inicial. Basta ver a inicial das execuções e as CDAs. Afasta-se o argumento correspondente, da embargante.

O tributo em execução é lançado por homologação. Aplica-se a Súm. 436 do STJ. Não há necessidade de notificação premonitória. Rejeita-se esta alegação.

Quanto à alegação de que a penhora deve ser reduzida, não consta – sequer foi alegado – que o imóvel penhorado é suscetível de cômoda divisão, de modo que não resta outra alternativa se não a penhora de todo o bem. Além disso, a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

embargante não ofertou outro bem à penhora.

O limite à multa moratória, imposto pelo CDC, não se aplica às relações tributárias, e sim ao seu estrito campo de incidência.

"A redução da multa moratória para o percentual máximo de 2% (dois por cento), nos termos do que dispõe o art. 52, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor, nesta parte alterado pela Lei nº 9.298/96, aplica-se às relações de consumo, de natureza contratual, atinentes ao direito privado, não incidindo sobre as sanções tributárias, que estão sujeitas à legislação própria de direito público." (STJ REsp nº 963.528/PR, Rel. Min. Luiz Fux).

Observe-se que, no caso, a multa atribuída legalmente, de 20%, não viola o princípio do não-confisco, apresentando-se em patamar razoável.

"A Taxa SELIC é legítima como índice de correção monetária e de juros de mora, na atualização dos débitos tributários pagos em atraso, *ex vi* do disposto no artigo 13, da Lei 9.065/95" (STJ, REsp 1.073.846/SP, 1ª Seção, Rel. Min. Luiz Fux, - recurso submetido ao regime do art. 543-C do CPC).

A Lei nº 6.830/80 não exige que a execução fiscal seja instruída com memória de cálculo. Ao contrário, o art. 6º estatui que incumbe ao exequente apenas indicar o juiz a quem dirige a petição inicial (I), formular o pedido (II), e requerer a citação (III), devendo instruir a petição unicamente com a CDA (§ 1º), e nada mais. Os dispositivos do CPC não são aplicáveis ao caso.

São exigências do art. 202 do CTN c/c art. 2º, §§ 5º e 6º da LEF, a respeito da CDA: nome e endereço do devedor e eventuais co-responsáveis; valor originário da dívida; maneira de calcular a atualização monetária, os juros moratórios e os demais encargos; termo inicial da atualização monetária, dos juros moratórios e dos demais encargos; valor atual da dívida; origem e natureza do crédito; fundamento legal do crédito, mencionada especificamente a disposição de lei; fundamento legal da atualização monetária; data da inscrição em dívida ativa, e ainda o livro e folha de inscrição; número do eventual processo administrativo que originou o crédito.

Analisando as CDAs que instruem as execuções, verifico que preenchem quase que a totalidade dos requisitos legais, somente não consta o "valor atual da dívida". No entanto, este consta de cada petição inicial, de modo que não se vê nulidade alguma a sanar.

As CDAs indicam que os juros moratórios, a partir de 23/12/09, são calculados diariamente na forma da Lei nº 13.918/2009 e Resoluções da Secretaria da Fazenda.

Ocorre que o Órgão Especial do TJSP, em 27.02.13, acolheu em parte a Arguição de Inconstitucionalidade nº 0170909-61.2012.8.26.0000, relativa aos arts. 85 e 96 da Lei Estadual n. 6374/89 com a redação da Lei Estadual n. 13.918/09, à vista da decisão de 14.04.10 do STF na ADI n. 442/SP, no sentido de que a regra do art. 113 da Lei Estadual n. 6374/89 deve ser interpretada de modo a que a UFESP não exceda o valor do índice de correção monetária dos tributos federais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Trata-se de interpretação conforme a CF.

O TJSP afirmou que o Estado pode estabelecer os encargos incidentes sobre seus créditos fiscais mas, por se tratar de competência concorrente, nos termos do artigo 24, I e § 2º da CF, não pode estabelecer índices superiores aos da União Federal na cobrança de seus créditos.

Ad exemplum, é inválida a taxa de 0,13% ao dia definida na lei estadual vigente, se superior à Selic (que é utilizada pela União Federal).

Em síntese: a taxa de juros moratórios estadual não pode exceder aquela incidente na cobrança das dívidas federais.

À luz do que foi dito, evidente que se a taxa de juros estadual for inferior à federal, prevalece a primeira nos débitos estaduais, pois os índices federais funcionam como limite apenas.

Neste ponto, e somente neste, tem razão a embargante.

Ante o exposto, **ACOLHO EM PARTE** os embargos para **LIMITAR** a taxa de juros moratórios aplicada ao crédito objeto da execução fiscal à taxa de juros moratórios utilizada pela União Federal na cobrança de seus créditos; como o embargado decaiu de parte mínima no processo, **CONDENO** a embargante em custas, despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 788,00.

Transitada em julgado, dê-se vista ao exequente, nos autos principais, para apresentar memória de cálculo observando o deliberado nesta sentença.

P.R.I.

São Carlos, 18 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**